

Os impactos dos fundos comunitários Europeus no desenvolvimento do turismo

The impacts of **European Community funds** on the **tourism development**

CARLOS MANUEL BARROS LOPES * [carlosmbclopes@gmail.com]

VÂNIA COSTA ** [vcosta@ipca.pt]

Resumo | O presente estudo tem como principal objetivo analisar a situação económica e financeiramente o setor do turismo da região Norte de Portugal (NUT II), relacionando a sua competitividade e inovação a indicadores de crescimento, através de uma análise comparativa das empresas ativas no período de 2006 – 2016. Esta análise foi desenvolvida com base na Informação Empresarial Simplificada (IES) do Sistema de Balanços Ibéricos (SABI), procedeu-se à análise e tratamento dos indicadores económicos e financeiros referentes a 11 611 empresas ativas. Para além disso, pretendeu-se investigar em concreto as empresas localizadas na região financiadas pelo Sistema de Incentivo à Inovação alocado ao campo da competitividade e inovação no âmbito do Quadro de Referência Estratégica Nacional (QREN), através da aplicação de uma metodologia de análise contra factual. Podemos concluir a existência de uma relação direta entre os nove indicadores analisados (VN, ROA, VAB, PAT, LQD, AF, SOLV, END e o EBE), sendo que a grande maioria dos indicadores apresentaram taxas de crescimento negativas superiores a 35%, não apresentando qualquer vantagem competitiva, inovadora ou produtiva para as empresas. Comprovamos ainda a existência de uma relação direta de causa-efeito entre o recebimento do incentivo e os fatores de competitividade, concretamente, existe uma relação positiva em termos produtivos, por outro lado existe também uma relação negativa em termos financeiros.

Palavra-chave | Fundos estruturais e de coesão da comunidade, setor do turismo, fatores de competitividade, inovação e desempenho, região norte de Portugal

* **Mestre em Turismo** pela Escola Superior de Hotelaria e Turismo do Instituto Politécnico do Cávado e do Ave

** **Doutorada em Economia** pela Universidade de Vigo. **Professora Adjunta** na Escola Superior de Hotelaria e Turismo do Instituto Politécnico do Cávado e do Ave e **membro** do CiTUR, GOVCOPP, e UNIAG

Abstract | The main objective of this study is to analyze the economic and financial situation of the tourism sector in the North of Portugal (NUT II), relating its competitiveness and innovation to growth indicators, through a comparative analysis of companies active in 2006. - 2016. This analysis was developed based on the Simplified Business Information (IES) of the Iberian Balance Sheet System (SABI). The analysis and treatment of the economic and financial indicators for 11 611 active companies was carried out. In addition, it was intended to investigate in particular the companies located in the region financed by the Innovation Incentive System allocated to the field of competitiveness and innovation within the scope of the National Strategic Reference Framework (NSRF), through the application of an analysis methodology against factual. We can conclude that there is a direct relationship between the nine indicators analyzed (VN, ROA, GVA, PAT, LQD, AF, SOLV, END and EBE), and the vast majority of indicators showed negative growth rates above 35%, not presenting any competitive, innovative or productive advantage for companies. We also prove the existence of a direct cause-effect relationship between the receipt of the incentive and the competitiveness factors, namely, there is a positive relationship in productive terms, on the other hand there is also a negative relationship in financial terms.

Keywords | Community structural and cohesion funds, tourism sector, competitiveness factors, innovation and performance, northern region of Portugal

1. Introduction

O sector do turismo desempenha um papel importante na economia de diversos países e regiões, sendo considerado como um setor estratégico, uma vez que o setor surge como a resolução de diversas problemáticas, cria oportunidades de criação de emprego, contribui para a balança de pagamentos e estimula o crescimento económico (Costa, 2012).

De acordo com Costa (2012, p.58), “dada a importância económica, social e política deste setor [do turismo], é fundamental analisar e avaliar a forma como o setor público pode e deve intervir no turismo, e quais as razões do seu envolvimento”. Ao longo dos últimos anos, as empresas têm sido alvo de fortes alterações estruturais, nomeadamente ao nível da competitividade e inovação, onde os fundos públicos desempenharam um papel essencial no apoio ao tecido empresarial e no desenvolvimento local.

De acordo com Dinis e Costa (2014), a região Norte de Portugal possui grandes potencialidades no âmbito do desenvolvimento do turismo, dada a sua diversidade de oferta de produtos tu-

rísticos, nomeadamente praia, montanha, estâncias termais, zonas rurais, bem como elementos inigualáveis.

A presente investigação tem como objetivo principal o estudo da evolução do desempenho económico e financeiro do tecido empresarial do setor do turismo na Região Norte de Portugal durante o período de 2006 a 2016, avaliando dessa forma a competitividade da estrutura empresarial do setor. No mesmo contexto de estudo, apresenta-se como segundo objetivo, estimar o impacto da medida de incentivo Sistema de Incentivo (SI) Inovação do QREN no desempenho económico e financeiro das empresas beneficiárias no setor do turismo na Região Norte de Portugal recorrendo a uma lógica contra factual.

A amostra do presente estudo foi recolhida na base de dados do Sistema de Balanços Ibéricos (SABI), composta pelas empresas ativas do setor do turismo na Região Norte de Portugal entre o período de 2006 a 2016, cerca de 11 611 empresas, procedeu-se à análise da estrutura do setor por segmentos de atividade económica, concretamente os Transportes e Logística (TS), o Aloja-

mento e Restauração (AR) e as Atividades Recreativas e Culturais (ARC), conforme a Classificação Portuguesa das Atividades Económicas (CAE). Em seguida definimos um conjunto de indicadores económicos e financeiros, de modo a que os mesmos consigam medir a evolução da competitividade e inovação nas empresas através dos dados posteriormente retirados da SABI.

No segundo objetivo do presente estudo avaliámos o impacto do incentivo público no desempenho económico e financeiro de 96 empresas, em concreto o SI Inovação, recorrendo a uma lógica contra factual, de modo a verificar se existem diferenças estatisticamente significativas dos indicadores económicos e financeiros entre o ano que antecedeu ao recebimento do incentivo à Inovação (T_{-1}) e os anos posteriores ao seu recebimento (T_{+2}).

Tendo em conta os objetivos da investigação, este estudo foi estruturado em cinco partes. Após a introdução, a segunda secção dedica-se à contextualização teórica, contextualizando a competitividade, inovação e desempenho económico e o enquadramento dos fundos comunitários em Portugal; a terceira secção é dedicada à metodologia, em que se realiza uma análise ao método utilizado para obtenção dos resultados descritos. A antepenúltima secção é destinada aos resultados, é realizada uma análise descritiva e abordada a inferência estatística face ao que foi descrito na metodologia e por fim são discutidos todos os resultados. Finalmente numa última secção são apresentadas as principais conclusões deste estudo.

2. Contextualização teórica

2.1. Competitividade, inovação e desempenho económico e financeiro

A competitividade de uma empresa está intrinsecamente relacionada com a inovação, que por

sua vez influencia a produtividade e a competitividade. Uma empresa para ser competitiva tem como principal objetivo ganhar vantagem inovadora, concretamente inovar os seus métodos, processos, produtos e soluções de trabalho de modo a obter vantagem competitiva face à concorrência do setor. Porter (1985) defende que as empresas com desempenho superior apresentam uma vantagem competitiva, ou seja, a capacidade de criar valor acima da média dos seus concorrentes. E desde logo, empresas que criam valor acima da média do seu setor devem apresentar resultados superiores.

Nesse sentido as organizações não poderão apenas garantir a eficiência operacional, uma vez que a mesma, por si só não garante um padrão adequado de competitividade (Porter, 1990). A competitividade está intrinsecamente associada ao estabelecimento de uma posição privilegiada, sustentada no ambiente a qual poderá resultar da criação e consolidação de uma imagem de empresa competitiva, todavia, vai depender do que está sendo valorizado no ambiente e das características do segmento em que a organização atua. Assim, se no enquadramento desse ambiente a eficiência operacional é o elemento mais valorizado para a competitividade, a empresa competitiva será aquela que inovar nesse sentido e conseguir estabelecer os padrões que serão seguidos pelas demais.

Relativamente à inovação, a mesma pode assumir diversas formas como a adoção de novas soluções tecnológicas ou processos de trabalho, a criação de novos produtos, a competição em novos mercados, o estabelecimento de novos acordos com clientes ou fornecedores, a descoberta de uma nova fonte de matérias-primas, um novo processo de produção, um novo modo de prestar serviço pós-venda ou até mesmo um novo modo de operar na relação com os clientes (Afuah, 2003).

De acordo com a *European Commission* (2017), a inovação e a investigação desempenham um papel fulcral na determinação do desempenho económico das empresas e das regiões. Já a inovação empresarial resulta do empenho de uma em-

presa no desenvolvimento de novos produtos ou serviços, nos quais os seus clientes conseguem ver uma mais-valia, não se configurando apenas numa invenção, uma vez que tem que demonstrar ao mercado o seu valor (Enterprise Europe Network, 2018).

Analisando as revisões apresentadas e adaptando o pensamento de Gundling (1999), é possível congregar inovação num conceito único, e representada numa equação algébrica que se apresenta da seguinte forma: ideia + ação = resultado financeiro ou económico, ou seja, algo que cria valor para o negócio da empresa, a mesma revisão demonstra que as empresas são o veículo da inovação e ao mesmo tempo dependem da própria inovação, uma vez que a mesma se relaciona positivamente com o desempenho empresarial.

Uma boa articulação entre os diferentes fatores do sistema de inovação (pessoas, empresas, região e serviços) permite partilhar conhecimentos e riscos, impulsionando e motivando as empresas a inovar e ganhar vantagem competitiva. Sendo assim, os sistemas de incentivos à inovação permitem reforçar as relações entre os fatores de inovação de

modo a proporcionar capacidade inovadora às empresas.

No presente estudo foram selecionados indicadores de rendibilidade, produtividade e equilíbrio financeiro, cumulativamente os indicadores económicos e financeiros adotados pelos Sistemas de Incentivos do Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN) como critérios de seleção e da avaliação de desempenho económico dos projetos a concurso. Deste modo foram selecionados nove indicadores económicos e financeiros, nomeadamente o volume de negócios (VN), retorno sobre ativos (ROA), valor acrescentado bruto (VAB), produtividade aparente do trabalho (PAT), liquidez geral (LQD), autonomia financeira (AF), solvabilidade (SOLV), endividamento (END) e o excedente bruto de exploração (EBE), com estes indicadores é possível quantificar os fatores de competitividade e inovação do tecido empresarial em estudo.

No quadro 1 observa-se a função utilizada para o cálculo dos indicadores económicos e financeiros e uma revisão de literatura de forma a perceber qual a vantagem de cada indicador para o estudo em questão (Quadro 1).

Quadro 1 | Revisão de literatura sobre os indicadores económicos e financeiros

Indicadores	Revisão	Autores	Função
VN	O crescimento e a competitividade de uma empresa podem ser medidos pelo volume de negócios. Entende-se como o montante das vendas e das prestações de serviços efetuados pela empresa durante o exercício, líquido dos descontos e abatimentos a que foram sujeitos.	Moreira (2001), Brito e Brito (2012)	$VN = \text{Vendas} + \text{Prestação de Serviços}$
ROA	A rentabilidade e a lucratividade podem ser medidas através da variável financeira ROA, que demonstra o potencial de geração de lucros da empresa. A rentabilidade do ativo mede a rentabilidade dos capitais da empresa, independentemente da sua origem.	Moreira (2001), Vasconcelos e Brito (2004)	$ROA = \frac{\text{Lucro Líquido}}{\text{Ativos Totais}}$
VAB	Os indicadores de produtividade relacionam a produção com os recursos necessários á sua obtenção. O VAB mede o contributo produtivo da empresa, ou seja, aquilo que efetivamente criou através da sua produção.	Martins (2004), Moreira (2001)	$VAB = \text{Produção} - \text{Custo de Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas} - \text{Fornecimentos de Serviços Externos} - \text{Impostos}$
PAT	É o referencial de produtividade, na qual uma das formas de ser calculada traduz-se na relação entre VAB e número médio de trabalhadores da empresa. Este rácio mede a eficácia na utilização dos recursos humanos afetos á empresa, sendo a riqueza criada na produção, em média, por cada trabalhador. A competitividade é vista como um conceito agregado, sendo a produtividade do trabalho uma componente chave para tornar a empresa competitiva.	Martins (2004), Webber <i>et al.</i> (2005).	$PAT = \frac{VAB}{\text{N}^\circ \text{ Médio Trabalhadores}}$
LQD	A liquidez é a capacidade de a empresa saldar os seus compromissos no curto prazo. Existem três rácios de liquidez: a liquidez geral, a liquidez imediata e a liquidez reduzida. A liquidez geral é a uniforme e por isso a utilizada no presente estudo.	Moreira (2001), Martins (2004)	$LQD G = \frac{\text{Ativos Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$
AF	A autonomia financeira corresponde à parte dos ativos da empresa que é financiada com capitais próprios. É um indicador da estrutura de capital no curto prazo, pois é suscetível de ser influenciado pela atividade operacional no sentido em que o ativo engloba, para além dos ativos fixos, os circulantes.	Moreira (2001), Martins (2004)	$AUT FIN = \frac{\text{Capital Próprio}}{\text{Ativo Líquido}}$
SOLV	A solvabilidade é um dos indicadores económicos mais apropriados para medir a estrutura de capital de uma empresa, pois relaciona fontes de financiamento de natureza estável, o que dá segurança às empresas a longo prazo. Isto é, a capacidade de solver compromissos em prazos dilatados.	Martins (2004, p.103)	$SOLV = \frac{\text{Capital Próprio}}{\text{Passivo}}$
END	É um conjunto de operações de crédito realizadas por parte das instituições de forma a compensar as necessidades de financiamento. O endividamento engloba não as operações de crédito como também dívidas aos fornecedores.	Oates (1989), LFL (artigo 36º nº1 da Lei 2/2007)	$END = \frac{\text{Passivo}}{\text{Ativo}} \times 100\%$
EBE	Corresponde à diferença entre, por um lado, o valor acrescentado bruto e por outro, os gastos com o pessoal e os impostos sobre produtos líquidos de subsídios. Sintetiza a totalidade do valor afeto à remuneração do fator capital.	Oliveira, <i>et al.</i> (2013)	$EBE = \text{Resultados Operacionais} + \text{Amortizações do Exercício} + \text{Provisões}$

2.2. Enquadramento dos sistemas de incentivo Europeus em Portugal

Portugal à data da adesão à EU registava algum atraso estrutural, implicando que se pensassem em novas metodologias para o apoio às regiões sem que fossem afetadas outras, tendo sido criado

o Fundo de Coesão que se pauta pela ajuda à criação de infraestruturas (COMPETE, 2015). Concretamente, em Portugal até ao momento as intervenções foram desenvolvidas por cinco quadros comunitários acordados entre o Governo português e a Comissão Europeia, desde 1989 até 2020, entre os quais o Quadro de Referência Estratégico

Nacional (QREN) que vigorou no período de programação 2007-2013.

O QREN, aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 86/2007, de 3 de julho de 2007, gerou uma grande reforma nos sistemas de incentivos orientados para o investimento empresarial, no sentido de prosseguir com o objetivo do crescimento económico sustentado na inovação, tecnologia e conhecimento (COMPETE, 2015).

Estes incentivos visam melhorar a produtividade e a competitividade das empresas, favorecendo o desenvolvimento territorial e a internacionalização da economia, no sentido de investir na

produção de bens transacionáveis e internacionalizáveis (Corsino, 2010). Nomeadamente, o QREN procurou otimizar os recursos humanos e financeiros, de forma a obter uma aproximação com os níveis europeus, permitindo assim a convergência da economia portuguesa com a da UE.

Ao longo do período em vigor do QREN, Portugal assumiu como grande desígnio estratégico a qualificação dos portugueses, valorizando a ciência, a tecnologia e a inovação, o crescimento sustentado, a coesão social, a qualificação das cidades e território e a eficiência na governação (Figura 1).

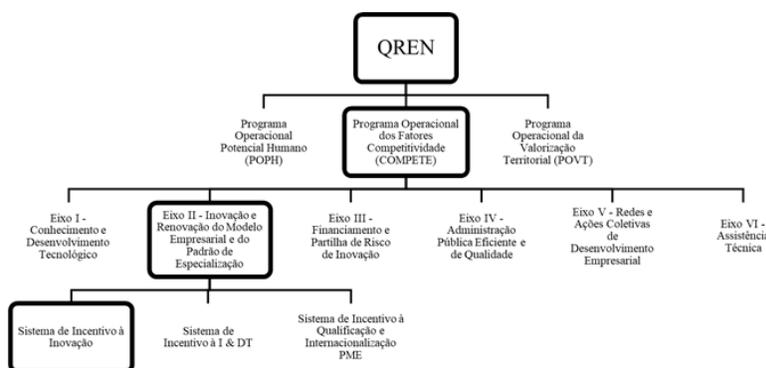


Figura 1 | Organograma estrutural do QREN
Fonte: Elaboração própria

A Agenda para os Fatores de Competitividade (COMPETE), cofinanciado pelo FEDER num total de 3,1 mil milhões de euros, com exclusiva incidência territorial no Norte, Centro e Alentejo do país, pretende estimular o tecido empresarial, por via do empreendedorismo e inovação tecnológica. O Sistema de Incentivo à Inovação é caso de estudo no presente artigo, devido a incidência direta na competitividade e inovação dos setores.

3. Metodologia

Atendendo aos objetivos do estudo, o método de investigação seguiu uma lógica contra factual.

Neste sentido, procedeu-se à avaliação da existência de um diferencial da competitividade e inovação do tecido empresarial da região Norte de Portugal, entre os períodos *ex ante* e *ex post* ao recebimento dos fundos estruturais públicos.

Apesar da análise estatística e descritiva permitir a conclusão relativa à evolução dos indicadores em estudo, porém não é suficiente para responder ao segundo objetivo deste estudo. Deste modo desenvolveu-se a seguinte hipótese de investigação e replicou-se aos diferentes indicadores económicos:

Hipótese 1: Existem diferenças estatisticamente significativas dos indicadores económicos e financeiros entre os anos que antecedeu o recebimento do incentivo à Inovação (T-1) e os anos posterior

res ao seu recebimento ($T+2$), nomeadamente:

A equação é a seguinte:

$$\tau_{T=1} = E(T_1 | T_i = 1) = E(Y_{i2} | T_i = 2) - E(Y_{i0} | T_i = 1)$$

Onde: $\tau_{T=1}$ representa o impacto estimado do fundo estrutural

$E(Y_{i2} | T_i = 2)$ representa o impacto esperado para o ano pós fundo estrutural

$E(Y_{i0} | T_i = 1)$ representa o impacto esperado do fundo no ano anterior fundo estrutural

$T=1$ representa o ano de recebimento do fundo estrutural

Y_i corresponde à empresa que recebeu o fundo estrutural

Se $i=1$, é o ano pós fundo

Se $i=0$ é o ano anterior ao fundo.

O método de análise contra factual, utilizado neste estudo, é conhecido na literatura como *coarsened exact matching*. De acordo com Lacus, King e Porro (2012) consiste na comparação direta do desempenho de grupos de empresas, as quais apresentam características idênticas para todas as variáveis relevantes conhecidas. Traduzindo-se assim, na segmentação de empresas por grupos, com base em variáveis discretas observáveis e, na análise comparativa da evolução média do desempenho, ao longo de um período definido, entre os grupos de empresas. Esta metodologia foi anteriormente aplicada num estudo de Mamede, Fernandes e Silva (2013) que teve como objetivo estimar os impactos dos incentivos públicos sobre o desempenho das empresas recorrendo a uma lógica contra factual, isto é, verificando o que aconteceria caso o apoio público não tivesse existido.

4. Resultados

4.1. Análise descritiva

Procede-se a uma análise descritiva das variáveis em estudo, ao longo do período de 2006 a 2016, comparando-se as taxas médias de crescimento das diferentes variáveis entre as empresas que não receberam incentivo e as que receberam incentivo por parte do SI Inovação Produtiva (Figura 2).

Concluímos que apesar do decréscimo do VN médio por empresa, existiu uma duplicação do valor face a 2006, tanto nas empresas não financiadas como nas empresas financiadas. A variável ROA, entre 2006 e 2016, apresentou sempre valores médios por empresa negativo, sendo a taxa de crescimento média de (-22.57%). As empresas financiadas apresentaram um ROA médio positivo de 1.83%. O VAB das empresas em estudo situou-se na taxa de crescimento médio de (-9%). Nas empresas financiadas em estudo a variável VAB atingiu um valor médio de crescimento de cerca de 44% entre 2006 e 2016. A PAT das empresas em estudo apresentou uma taxa de crescimento média na ordem dos (-11%) entre 2006 e 2016. No subgrupo das empresas financiadas a taxa de crescimento médio foi de 52%. No total geral das empresas em estudo a variável LQG apresentou uma taxa de crescimento média entre 2006 e 2016 de 76%. O subgrupo de empresas financiadas apresentou uma taxa de crescimento médio de (-8.58%). Os valores da variável AF apresentam uma diferença face aos restantes, no conjunto geral de empresas o indicador AF só está disponível durante o período de 2010 a 2016, apresentado, uma taxa de crescimento média nesse período de (-50.23%). Relativamente às empresas financiadas a variável AF reduziu a sua taxa média de crescimento situando-se nos (-11.13%) No caso concreto da variável SOLV destaca-se a mesma situação face à variável anterior, o conjunto geral de empresas apresenta uma taxa de crescimento

média no período de 2010 a 2016 de (-38.01). O subgrupo de empresas financiadas apresentou uma taxa de crescimento, entre 2010 e 2016 de (-47.99%). A variável END face ao grupo total de empresas atingiu uma taxa de crescimento média no período em análise 2006 - 2016 de 47,99%. Já no subgrupo de empresas financiadas a taxa de crescimento médio entre 2006 e 2016 na variável END foi de 22,57%. Por último a variável EBE, apresentou uma taxa de crescimento de 5%, entre 2006 e 2016, face ao grupo das empresas financiadas a taxa de crescimento foi de 570%.

No geral é possível verificar que existe uma relação muito linear entre as variáveis em análise

e o tipo de causa. As empresas que não foram beneficiárias do sistema de incentivo apresentam uma estabilidade financeira a curto e longo prazo mais saudável (LQD e SOLV) do que as empresas beneficiárias do SI Inovação. Por outro lado, as empresas beneficiárias apresentam índices de produtividade bastantes positivos que são evidenciados pelas variáveis (PAT, VAB e ROA). É notório que o recebimento do incentivo ajuda as empresas nos seus índices de produtividade, e de operacionalidade, sendo que os índices de AF apesar de continuarem negativos ficaram mais equilibrados (Figura 2).

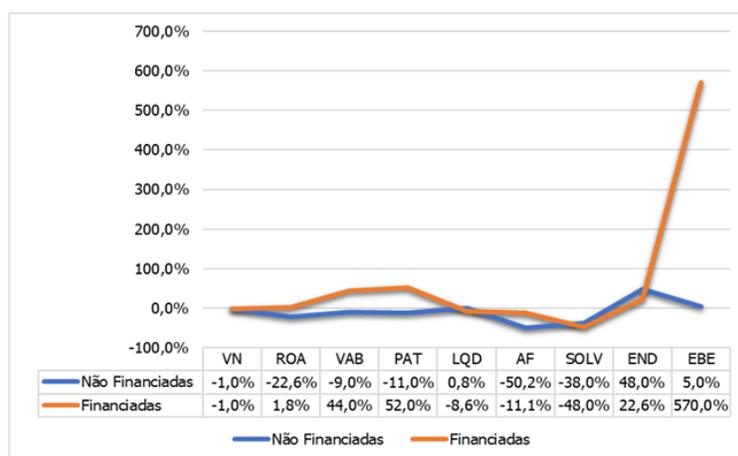


Figura 2 | Comparação das taxas médias de crescimento
Fonte: Elaboração própria

4.2. Inferência estatística

Através da inferência estatística pretendemos verificar se os crescimentos dos indicadores descritos no ponto anterior são estatisticamente significativos ou apenas uma mera coincidência. Dado que no presente estudo pretendemos avaliar dois momentos (T-1 e T+2) com origem no mesmo grupo de sujeitos (as mesmas empresas), consideramos uma amostra emparelhada e recorreremos ao teste paramétrico teste t para testar hipóteses sobre as médias. No entanto, antes da realização do teste t verificamos a normalidade da distribuição e

no caso de não normalidade da amostra, em alternativa aos testes t para amostras emparelhadas foi aplicado o teste de Wilcoxon (Quadro 2).

Da análise de resultados aos testes de hipótese verificamos que, apesar do impacto positivo em quase todas as variáveis económicas e financeiras estudadas na análise descritiva, 2 (ROA, EBE) não são estatisticamente significativas. Concluímos que nem todos os indicadores económico-financeiros foram influenciados pelo SI Inovação, no entanto, outro fator influenciador é a falta de dados económicos e financeiros dessas variáveis em todos os anos da análise, isso faz com que a variá-

vel fique com uma amostra mais reduzida e perca a sua significância.

Quadro 2 | Matriz de resultados do teste de hipóteses

Variáveis	SI Inovação (H. 1)		
	Teste	Significância	Resultado
1. VN	Teste de <i>Wilcoxon</i>	.000	Rejeita-se H ₀
2. ROA	Teste de <i>Wilcoxon</i>	.895	Aceita-se H ₀
3. VAB	Teste de <i>Wilcoxon</i>	.000	Rejeita-se H ₀
4. PAT	Teste de <i>Wilcoxon</i>	.003	Rejeita-se H ₀
5. LQD G	Teste de <i>Wilcoxon</i>	.001	Rejeita-se H ₀
6. AF	Teste de <i>Wilcoxon</i>	.000	Rejeita-se H ₀
7. SOLV	Teste de <i>Wilcoxon</i>	.000	Rejeita-se H ₀
8. END	Teste de <i>Wilcoxon</i>	.000	Rejeita-se H ₀
9. EBE	Teste de <i>Wilcoxon</i>	.138	Aceita-se H ₀

Fonte: Elaboração própria

4.3. Discussão de resultados

Os resultados do estudo revelam que, tanto a variável ROA e PAT apresentam resultados negativos, as variáveis VN, AF, SOLV e END apresentaram taxas de crescimento negativas, já a variável LQG apresentou uma taxa de crescimento positiva,

porém não pode ser conclusivo, tanto pela taxa de liquidez ser bastante reduzida, como pelos restantes indicadores financeiros apresentarem taxas de crescimento bastante negativas. As variáveis VAB e EBE, apresentaram respetivamente crescimento negativo e positivo, tornando os resultados inconclusivos (Quadro 3).

Quadro 3 | Síntese da análise descritiva e os fatores de competitividade e inovação

Indicadores	Taxa Média Crescimento	Resultado da Amostra
VN	-1 \%	Perdeu competitividade
ROA	-22,57 \%	Perdeu competitividade e inovação
VAB	-9 \%	Perdeu Inovação
PAT	-11 \%	Perdeu competitividade e inovação
LQD	0,76 \%	Ganhou competitividade
AF	-50,23 \%	Perdeu competitividade
SOLV	-38,01 \%	Perdeu competitividade
END	47,99 \%	Perdeu competitividade
EBE	5 \%	Ganhou competitividade

Fonte: Elaboração própria

Procedendo a uma análise detalhada dos diferentes resultados obtidos tanto na análise descritiva como na inferência estatística verifica-se uma forte influência do Sistema de Incentivo à Inovação nas empresas, das 9 variáveis a estudo, 5 mostraram-se *estatisticamente muito significativas*, 2 *estatisticamente significativas* e as restantes 2 *estatisticamente não significativas* (Quadro 4). No entanto, os resultados não significam que

a influência do sistema de incentivo, seja de todo positiva para as empresas. No caso concreto desta análise passamos a distinguir as variáveis económicas/productivas e as financeiras, na presente análise existem diferenças estatísticas entre os dois grupos. Verificamos que a variável económica e produtiva VAB, apresentou um crescimento *estatisticamente muito significativo*, a variável do mesmo grupo PAT cresceu e mostrou-se *estatisticamente*

significante, já variável ROA e EBE apesar de apresentarem crescimento os resultados são *estatisticamente não significantes*, no caso concreto do EBE apresenta uma taxa de crescimento muito alta devido à falta de indicadores na maioria da amostra. Estes resultados são consistentes com a teoria de Afuah (2003), o autor defende que a inovação assume diversas formas como, novas soluções tecnológicas ou processos de trabalho, a criação de novos produtos, a competição em novos mercados, o estabelecimento de novos acordos com clientes ou fornecedores, ou seja, o sistema de incentivo à inovação afetou positivamente as empresas financiadas em termos produtivos e inovadores, como refere Schumpeter (1939), a inovação está relacionada à criação de valor.

Relativamente à variável económica VN, apresenta uma taxa de crescimento negativa, apesar de o valor ser reduzido, em termos estatísticos é *muito significativa*. Kemp et al. (2003) defendem

que as empresas que inovam têm um maior crescimento das vendas, neste caso concreto temos a percepção que as empresas financiadas apresentam inovação dois anos após o recebimento do fundo, mas as vendas decresceram, contudo, este caso específico pode ser reflexo das variáveis financeiras descritas no ponto seguinte.

Relativamente ao impacto sobre as variáveis de natureza financeira, as variáveis END, SOLV e AF apresentaram taxas de crescimentos negativas e são *estatisticamente muito significantes*, a variável LQG acompanhou o crescimento negativo e é *estatisticamente significativa*.

Concluimos que face aos indicadores económicos e produtivos o sistema de incentivo à inovação foi benéfico, tornando as empresas competitivas e inovadores em termos financeiros não apresentou mais-valia, nomeadamente apresenta-se *estatisticamente muito significativo* no agravamento das variáveis financeiras (Quadro 4).

Quadro 4 | Síntese da análise descritiva e inferência estatística no SI Inovação
Empresas Financiadas pelo SI Inovação Produtiva – QREN

Variáveis	Taxa Média de Crescimento	Teste de Wilcoxon	Significância
VN	-1 \% ↓	.000	Estatisticamente Muito Significante
ROA	1,83 \% ↑	.895	Estatisticamente Não Significante
VAB	44 \% ↑	.000	Estatisticamente Muito Significante
PAT	52 \% ↑	.003	Estatisticamente Significante
LQD	-8,58 \% ↓	.001	Estatisticamente Significante
AF	-11,13 \% ↓	.000	Estatisticamente Muito Significante
SOLV	-47,99 \% ↓	.000	Estatisticamente Muito Significante
END	22,57 \% ↑	.000	Estatisticamente Muito Significante
EBE	570 \% ↑	.138	Estatisticamente Não Significante

Fonte: Elaboração própria

5. Conclusão

Num contexto territorial, o turismo é frequentemente visto como um motor de crescimento económico, desenvolvimento regional e um contributo para o aumento do bem-estar económico das popu-

lações locais. É identificado pela literatura como potenciador de crescimento e desenvolvimento regional, fundamentalmente para regiões que dispõem de recursos turísticos com interesse (Durberry, 2004; Filipova, 2015; Lanza e Pigiliaru, 2000; Webster e Ivanov, 2014; Paci & Marrocu,

2014; Vivel-Búa, Lado-Sestayo & Otero-González, 2015).

Portugal assumiu-se como um importante destino turístico internacional, realçando-se como um todo, bem como as suas especificidades regionais. Ao longo dos últimos anos, o turismo tem provado ser uma atividade económica surpreendentemente forte e resistente e tem um contribuinte fundamental para a recuperação das economias. De acordo com Thomas (2013), apesar das dificuldades das circunstâncias económicas da atualidade, a indústria do turismo tem crescido ao longo da última década revelando um elevado impacto socioeconómico.

A metodologia utilizada com Mamede, Fernandes e Silva (2013), bem como a seleção de variáveis de análise dos fatores competitivos e inovadores das empresas selecionadas, permite retirar conclusões com razoável solidez, uma vez que a amostra é de grande relevância, 11 611 empresas e as variáveis selecionadas são de grande importância para as empresas do setor.

Os resultados obtidos, permitem concluir que, no período em análise, 2006-2016, as empresas perderam os seus fatores competitivos e inovadores (Quadro 3 e 4). Destaca-se a existência de uma relação direta entre os diferentes fatores e indicadores analisados, ou seja, dos nove indicadores em análise apenas a LQG e o EBE não apresentaram taxas de crescimento negativas, os restantes indicadores financeiros apresentaram taxas de crescimento negativas superiores a 35%, não criando qualquer vantagem competitiva, inovadora ou produtiva para as empresas em análise.

Relativamente às 96 empresas do setor do turismo da região Norte de Portugal beneficiárias, importa distinguir duas situações de relação entre as variáveis e o SI inovação, uma relação positiva e outra negativa. Concretamente, e de acordo com os resultados da inferência estatística, existe uma relação linear positiva relativa aos fatores de competitividade (produtividade e criação de emprego) e inovação (novos processos de produção e traba-

lho) e o SI à inovação. As empresas financiadas apresentam uma taxa de crescimento na variável VAB sendo a mesma estatisticamente muito significativa, e a variável PAT, que se apresenta estatisticamente significativa. Assim sendo, existem evidências que o SI Inovação alcançou o seu objetivo, desenvolvendo o tecido empresarial da região Norte de Portugal em fatores produtivos e competitivos.

Contudo a inferência estatística, revela uma relação linear negativa entre os fatores de competitividade (criação de excedentes financeiros e rentabilidade) e o SI à inovação. As empresas financiadas apresentaram uma taxa de crescimento negativa nas variáveis financeiras LQG, AF, SOLV e END, sendo na globalidade resultados estatisticamente muito significativos, neste sentido, revelam a existência de um diferencial na análise económico e financeira entre os períodos ex ante e ex post ao recebimento fundo.

Neste sentido, podemos concluir que os fundos estruturais de apoio ao tecido empresarial, principalmente às empresas do setor do turismo da Região Norte de Portugal, revelam-se eficientes, permite a melhoria dos processos produtivos, uma vez comprovamos a existência de uma relação direta de causa-efeito entre o incentivo e os fatores de competitividade de ordem produtiva. Por outro lado, apesar da relação positiva em termos produtivos, concluímos uma relação negativa em termos financeiros.

Este estudo apresenta uma limitação relevante, que se prende com os anos referentes ao estudo. De futuro, seria interessante incluir o uso de dados mais recentes para empresas de turismo, juntamente com variáveis adicionais, como por exemplo de natureza qualitativa. Seria também interessante alargar o estudo da rentabilidade das empresas analisadas a outros setores de atividade e países, de forma a possibilitar a realização de comparações setoriais e internacionais.

Referências

- Afuah, A. (2003). *Innovation management: strategies, implementation and profits*. 2nd ed. New York: Oxford University Press.
- Brito, R. P. de, & Brito, L. A. L. (2012). Vantagem Competitiva, Criação de Valor e seus Efeitos sobre o Desempenho. *Revista de Administração de Empresas*, 52(1), 70-84.
- COMPETE (2015). *SI Qualificação de PME - Sistema de Incentivos à Qualificação e Internacionalização de PME*. Lisboa: COMPETE. <http://www.pofc.qren.pt/areasdo-compete/incentivos-as-empresas>.
- Costa, R. (2012). *Dinâmicas territoriais geradas pelo investimento privado no turismo*. [Doctoral dissertation, Universidade de Aveiro]. Repositório Institucional da Universidade de Aveiro. <https://ria.ua.pt/handle/10773/10272>
- Corsino, P. (2010). *Sistemas de Inovação: Apoio à Criação de Pequenas e Médias Empresas*. [Master's thesis, Universidade do Porto]. Repositório Aberto da Universidade do Porto.
- Dinis, C. & Costa, R. (2014). Investimento público em turismo como alavanca para o desenvolvimento local: O caso da Região Norte de Portugal. *Revista Turismo & Desenvolvimento*, 181-194. <https://doi.org/10.34624/rtd.v4i21/22.12297>
- Durbarray, R. (2004). Tourism and economic growth: the case of Mauritius. *Tourism Economics*, 10(4), 389-401. <https://doi.org/10.5367/0000000042430962>
- Filipova, M. (2015). Relationship between corporate culture and competitive power of the companies in the tourism industry. *Tourism & Management Studies*, 11(1), 98-30.
- Enterprise Europe Network. (EEN) (2018). PME na Europa, Comissão Europeia. <http://www.enterpriseeuropenetwork.pt>
- European Commission. (2017). Investimento no Crescimento e no Emprego: promover o desenvolvimento e a boa governação nas regiões e cidades da UE. *Sexto Relatório sobre a Coesão Económica, Social e Territorial. Política Regional Europeia*. Brussels: European Commission.
- Gundling, E. (1999). *The 3M Way to innovation: balancing people and profit*. Vintage Books.
- Lacus, S., King, G., & Porro, G. (2012). Causal Inference without Balance Checking: Coarsened Exact Matching. *Political Analysis*, 20(1), 1-24.
- Lanza, A., & Pigliaru, F. (2000). Why are tourism countries small and fast-growing?. In *Tourism and sustainable economic development* (pp. 57-69). Springer US.
- Kemp, R., Folkerlinga, M., De Jong, J., & Wubben, E. (2003). *Innovation and firm performance*. Zoetermeer, Research Report. Netherlands: EIM.
- Mamede, R., Fernandes, T. & Silva, A. (2013). *Análise contrafactual dos impactos dos incentivos do POE/PRIME na sobrevivência e no crescimento das empresas*. Coleção e+Cardernos. Lisboa: Observatório do QREN.
- Moreira, J. (2001). *Análise Financeira de Empresas - da Teoria à Prática*. 4ª Edição. Associação da Bolsa de Derivados do Porto.
- Oates, W. (1989). *On the nature and measurement of fiscal illusion: A survey*. In T. and F. F. E. in H. of R. Mathews.; G. Brennan; e P. G. B. Grewal (Eds.), Department of Economics, University of Maryland, p. 65-82.
- Oliveira, R., Pedro, M.I. & Marques, R.C. (2013). Efficiency and its determinants in Portuguese hotels in the Algarve. *Tourism Management*, 36, 641-649.
- Paci, R., & Marrocu, E. (2014). Tourism and regional growth in Europe. *Papers in Regional Science*, 93(1), 25-50.
- Porter, M. E. (1985). *Competitive Advantage*. Free Press.
- Porter, M. E. (1990). *The Competitive Advantage of Nations*. MacMillan Press.
- Schumpeter, J. A. (1939). *Business Cycles: A Theoretical, Historical, and Statistical Analysis of the Capitalist Process*. McGraw-Hill.
- Silva, J. C., and Plonski, G. A. (1996). Inovação Tecnológica: Desafio Organizacional, *Produção*, 16 (2), 183-193.
- Vasconcelos, F. C. & Brito, L. A. (2004). Vantagem Competitiva: o constructo e a métrica. *Revista de Administração de Empresas*, 44 (2), 70-82.
- Vivel-Búa, M., Lado-Sestayo, R. and Otero-González, L. (2015). Por qué quiebran los hoteles españoles?: un estudio de sus determinantes. *Tourism & Management Studies*, 11(2), 25-30.
- Webber, D. J., Hudson, J., Boddy, M., & Plumridge, A. (2009). Regional productivity differentials in England: Explaining the gap. *Papers in Regional Science*, 88(3), 609-621. <https://doi.org/10.1111/j.1435-5957.2008.00209.x>
- Webster, C. & Ivanov, I. (2014). Transforming competitiveness into economic benefits: Does tourism stimulate economic growth in more competitive destinations?. *Tourism Management*, 40, 137-140.